

# DITADURA MILITAR: REFLETINDO A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA DEFESA DA VERDADE E NA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA

Ana Carla dos Santos<sup>1</sup>

Thaíres Lima da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo pretende fazer um breve resgate histórico do Golpe militar de 1964 no Brasil, para adiante, refletirmos basicamente a importância dos registros como constituição da memória enquanto mecanismo da defesa da verdade e promoção da justiça. Bem como, o quanto a Ditadura militar significou como um dos períodos mais cruéis da história do Brasil, caracterizado por mais de 20 anos de violações de direitos que rompeu com o desenvolvimento democrático construído por lutas travadas pela classe trabalhadora e, desse modo, proporcionando um desmonte nos avanços sociais. As tristes marcas desse momento ainda existem nos dias atuais, muitas pessoas ainda continuam sem ter notícias dos seus familiares desaparecidos, e o reconhecimento que tal período significou o retrocesso da sociedade brasileira, demonstra que ainda há tentativa de ocultar a verdade e enfraquecer a justiça, deixando impunes os crimes cometidos durante esse episódio.

**Palavras-chaves:** Ditadura; memória; verdade; justiça.

## ABSTRACT

---

<sup>1</sup>Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Estagiária em Serviço Social do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), Estagiária do Projeto “Prevenção e Enfrentamento à violência contra crianças e Adolescentes: Estratégias de Intervenção na Escola” em Sapé/PB; Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). E-mail: [karlla\\_santos2011@hotmail.com](mailto:karlla_santos2011@hotmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Estagiária em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/Valentina) em João Pessoa/PB, foi integrante do Projeto de Extensão “Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência” do Centro de Ciências Médicas (CCM/UFPB). E-mail: [thaires\\_lima@hotmail.com](mailto:thaires_lima@hotmail.com).

This article aims to give a brief historical review of the military coup of 1964 in Brazil, forward, basically reflecting the importance of the records as constitution of memory as a mechanism of defense of truth and promote justice. As well as how the military dictatorship meant as one of the cruelest periods of the history of Brazil, characterized by over 20 years of human rights violations that broke with the democratic development built by struggles by the working class and thus providing a dismantle the social advances. Sad brands that moment still exist today, many people are still without news of missing relatives, and the recognition that this period marked the decline of the Brazilian society, shows that there is an attempt to hide the truth and undermine justice, leaving unpunished crimes committed during this episode.

**Keywords:** Dictatorship; memory; truth.

## INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar foi um período mais cruel da história do Brasil, particularizando mais de 20 anos de violações de direitos que rompeu com o desenvolvimento democrático construído por lutas travadas pela classe trabalhadora, proporcionando um desmonte nos avanços sociais. Assim,

O golpe militar de 1964 fechou um período da história brasileira e abriu outro. Entrávamos em um segundo período histórico, com características marcadamente diferenciadas, pela ruptura brusca e violenta das alianças de classe previamente existentes e do modelo econômico, assim como dos consensos ideológicos vigentes até ali. (SADER, 2004, p. 75)

As marcas desse momento ainda existem nos dias atuais, muitas pessoas ainda continuam sem ter notícias dos corpos de seus familiares, e o reconhecimento que tal período significou no retrocesso da sociedade brasileira, demonstra que ainda há tentativa de ocultar a verdade e enfraquecer a justiça, deixando impunes os crimes cometidos durante esse tempo. A seguir, pretendemos fazer um breve resgate do Golpe de 1964 para adiante, refletirmos basicamente a importância dos registros como constituição da memória como mecanismo da defesa da verdade e promoção da justiça.

## **DITADURA MILITAR: BREVE HISTÓRICO**

Antes do golpe militar, o Brasil já possuía traços em seu histórico de intensas lutas populares, sendo confirmado por meio de algumas organizações, como o Movimento das Ligas Camponesas, no nordeste, que defendia a Reforma Agrária, bem como a existência do centro popular de cultura da UNE e outras.

Para compreender sobre a história da ditadura militar e os direitos violados nesse lapso, é necessário rever alguns aspectos desse momento histórico para que seja esclarecido, o regime militar foi instaurado no dia 1º de Abril de 1964 no Brasil através do golpe militar, tirando o presidente João Goulart (PTB) do poder.

Esse golpe ocorreu devido aos interesses do grande capital internacional advindo principalmente dos Estados Unidos, gerando muitas consequências ao campo econômico, social, político e cultural, tanto para o país, atingindo principalmente aos cidadãos da classe operária.

Um exemplo disso é o Ato Institucional aprovado pelo governo no dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI -1) que permitia: as eleições indiretas para eleição do presidente da República dentro do prazo de dois dias; e de eleições diretas no mês de outubro no ano de 1965; do mesmo que, o empoderamento do presidente para apresentação de Emendas Constitucionais ao Congresso e de interromper por tempo determinado os direitos políticos dos cidadãos.

O Estado ditatorial representou o ponto de partida do desenvolvimento do capitalismo e a inserção do país na economia, política e cultura dos países capitalistas desenvolvidos centrais, como salienta Florestan Fernandes (1982). Apesar de ter acontecido, de fato, o desenvolvimento do país, não teve a distribuição da riqueza socialmente produzida entre os trabalhadores, por ter sido concentrada nas mãos de poucos capitalistas, gerando o aumento da desigualdade social entre as classes fundamentais, a classe trabalhadora e a classe capitalista. Frente a isso, os estabelecimentos de crédito nacional encontravam-se em desvantagem por causa do vigoramento dos bancos internacionais por possuir facilidades de lançamento de padrões de crédito bem acirrados. Acompanhado da influência do capital internacional na indústria nacional.

É importante destacar, que dentro da hegemonia desse regime foram criados vários programas sociais com a finalidade de legitimá-lo, como o Programa de Integral Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), que objetivou a garantia da inclusão do trabalhador no aumento da riqueza do país; o Mobral, em 1969, um programa educacional para alfabetizar e inserir no mercado de trabalho, pensado não na perspectiva de formar indivíduos com pensamento crítico.

Neste cenário, surge uma nova política de arrocho salarial que veio para substituir a estabilidade no emprego, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que de acordo com Silva (1995), a política social foi utilizada como alternativa de responder as demandas que estavam surgindo com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, sendo visível pela grande concentração de renda e pela superexploração dos trabalhadores.

O Estado ditatorial caracterizou-se por intervir e controlar intensamente as relações entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, interferindo nos sindicatos, instituindo políticas salariais, programas sociais, todos voltados na dimensão da integração social para acelerar o desenvolvimento do país.

Silva (1995) assinala que serviram de fundamentos ao novo regime, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, estes atrelados ao pensamento antimarxista, a teorias geopolíticas e ao católico de cunho conservador. A ideia trazida pelo governo de integração da população e desenvolvimento econômico do Brasil era embasada pela repressão dos segmentos organizados contra ao regime.

Para castigar esses inimigos foi institucionalizada a tortura como meio de questioná-los e controlá-los, surgindo com isso “à cultura do medo”, representando ameaça à sociedade brasileira. Diante disso, o movimento de 1964 fez-se presente no que diz respeito às políticas sociais em diversas áreas, respondendo as demandas que surgiam com o momento.

Vale frisar novamente que a ditadura advém da influência principalmente dos Estados Unidos para controlar os países subdesenvolvidos, situados na América Latina, em que esses últimos tão dominados, submissos e dependentes não só dos

Estados Unidos, mas também dos países envolvidos nesse processo, tudo pelo capital.

O referido regime durou 21 anos, e neste participaram cinco militares na presidência da República, sendo todos eles oficiais do exército, de 1964 a 1985, entre eles: Humberto de Alencar Castelo Branco (abril de 1964 a julho de 1967), Artur da Costa e Silva (março de 1967 a agosto de 1969), Emílio Garrastazu Médici (novembro de 1969 a março de 1974), Ernesto Geisel (março de 1974 a março de 1979) e João Batista Figueiredo (março de 1979 a março de 1985).

Nessa conjuntura, vários presidentes governaram o país, cada um deles apresentando suas particularidades. O primeiro presidente militar que assumiu o poder foi o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de 1964 a 1967, integrante do partido Arena.

Uma de suas primeiras iniciativas foi à promulgação dos Atos Institucionais, estes que permitiam: a eliminação de todos os partidos políticos e surgimento de dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), voltado à oposição controlada, e o outro a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), destinada ao governo.

No final do ano de 1966, o Congresso Nacional foi fechado e criado uma nova constituição, que passou a valer em Janeiro do ano seguinte, 1967. Em seu governo invalidou a Lei de Remessa de Lucros e a Lei de Estabilidade no Emprego, não permitindo a realização de greves, e controlou rigorosamente os salários. Seu plano era passar o governo aos civis quando o seu mandato terminasse, porém, isso não aconteceu porque os militares colocou no poder outro presidente militar, o marechal Artur da Costa e Silva, também pertencente da Arena, governo que durou de 1967 a 1969.

O governo de Costa e Silva foi marcado pela reorganização política da oposição ao regime, pelo surgimento dos movimentos sociais e as greves que lutavam pelos seus direitos, inclusive o movimento estudantil dos universitários. Como alguns grupos estavam tomando medidas radicais, o governo engarregou-se de enfrentá-las pela repressão.

O Ato Institucional de nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, limitou o exercício da cidadania e aumentou a repressão do Estado na população, servindo este ato para legalizar as ações dos militares.

Costa e Silva, devido a problemas de saúde, não chegou a concluir o seu mandato, em 1969, ano em que saiu do seu cargo político. Para substituí-lo foi criada uma junta militar de emergência por três ministros militares, chamados: general Aurélio de Lira Tavares, do exército, almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da marinha e o major Márcio de Souza Mello, da aeronáutica.

Depois do governo da junta militar, de agosto a outubro de 1969, assume o poder o general Emílio Garrastazu Médici, também da Arena, selecionado pela junta de emergência. O governo de Médici foi considerado o mais violento da ditadura. Neste, os centros DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e o DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), eram lugares utilizados como instrumentos de tortura.

No governo Médici, os recursos decorrentes do Milagre Econômico foram investidos em infraestrutura. O Produto Interno Bruto (PIB) do país conseguiu atingir 12% ao ano, além de produzir milhões de empregos. Como o governo dele adquiriu estabilidade política e econômica, o presidente foi quem escolheu seu sucessor, o general Ernesto Geisel, da Arena, de 1974 a 1979, seu governo vivenciou os primeiros sinais da crise econômica, como o aumento da dívida externa, a crise do petróleo e carência dos investimentos vindos do exterior.

Em 1974, a presidência é assumida pelo general Ernesto Geisel, neste governo o Milagre Brasileiro apresentava sinais de esgotamento produzidos pela grande dívida externa para financiar o regime vigente. Quem mais se prejudicou com essa crise econômica foram os trabalhadores que sofreram com o arrocho salarial, e no campo, a migração para a cidade como estratégia de sobrevivência dos agricultores. Além disso, tiveram como impacto social, o aumento da mendicância, do trabalho informal e outros meios informais de sobrevivência.

Enquanto no campo político, o partido MDB ganhou as eleições gerais em novembro de 1974, em resposta a isso, Geisel deu partida ao processo de

distensão, incluindo os assassinatos cometidos pelos militares radicais, foram necessárias à abertura política e a redemocratização do país. Em 1978, Geisel anulou o AI-5 e revitalizou o habeas corpus.

Com o fim desse governo, em 1979, houve mudanças no campo social, como a redução da repressão, a reorganização das mobilizações populares e outras. O próximo presidente militar e último do período ditatorial foi o general João Batista de Oliveira Figueiredo do PDS (1979-1985), governo que impulsionou a liberalização política, e foi aprovada a Lei da Anistia, permitindo a volta dos exilados políticos ao país. Essa Lei propiciou o perdão dos militares que praticou crimes políticos.

A Lei acima, no entanto, trouxe benefícios para as vítimas e ao mesmo tempo malefícios, quem mais se saíram prejudicados, por autorizar o perdão aos militares que fizeram muito mal a sociedade como um todo. Durante este mandato, houve o retorno do pluripartidarismo.

A Arena alterou o seu nome para Partido Democrático Social (PSD) e o MDB para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também nesta temporada, emergiram novas siglas, como o PT (Partido dos Trabalhadores) e PDT (Partido Democrático Trabalhista).

O governo de Figueiredo presenciou a insatisfação dos militares radicais pelo final da ditadura, chegando estes a tomarem atitudes terroristas como forma de protesto. No âmbito econômico, a inflação e a crise aumentaram bastante, contribuindo a gestão do governo para isso. Em 1984, último ano do seu mandato, tempo em que eclodiu o movimento das diretas já, este que objetivou a conquista das eleições diretas para eleição do presidente da República.

Mas, o governo impediu que isso acontecesse barrando a lei Dante de Oliveira, por isso a eleição indireta prevaleceu e mais uma vez escolheu um presidente por esse tipo de eleição, só que quem o elegeu foi o Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves (PMDB) que prometia criar uma nova Constituição, mas o novo presidente do Brasil morreu de tomar posse do cargo e quem assumiu foi o seu vice, José Sarney do PMDB.

Desse modo, coube a Sarney convocar Ulysses Guimarães, o então presidente da Assembléia Nacional da Constituinte, promulgar a Constituição de 1988 em 5 de Outubro do determinado ano, serviu como um dos pilares da em promoção da democrática brasileira e foi o marco do fim definitivo do regime militar no Brasil. E assim, criando mecanismos jurídicos, ou seja, a legislação, de tornar reais a efetivação dos direitos constitucionalmente por ela conquistados.

## **REFLETINDO ACERCA DA MEMÓRIA**

Diante de todos os direitos violados e a opressão vivida pela sociedade brasileira durante a ditadura e com base nos avanços após 1988 que faz menção a publicizar a verdade, impedindo a ocultação dos fatos como realmente foram, faz-se necessário, como instrumento de resgate dos crimes não punidos, representando uma resposta para a sociedade. A memória nos serve de registro de tal período tão cruel que o Brasil sofreu, na qual violência continua viva nos corações das pessoas que perderam alguém de sua família e nunca obtiveram notícias do paradeiro do corpo de familiares.

A memória, por ser registro de fato ou acontecimento histórico e mesmo psicológico, individual e coletivo, exerce função primordial na evolução das relações humanas: é a base sobre a qual a sociedade pode afirmar, redefinir e transformar os seus valores e ações. Por isso, ao suscitar a memória, é imprescindível analisar a história e as características psicológicas que conformam o processo de constituição da identidade de um povo, a qual pressupõe, por sua vez, a imagem que se tem de si e da coletividade da qual se parte. (BARBOSA, 2007, p. 157)

Nos dias atuais, continua prevalecendo a cultura do preconceito e falta de conhecimento dos reais significados dos direitos humanos e assim desmerecendo as conquistas adquiridas por meio das lutas da classe trabalhadora, do mesmo modo, existe a tentativa de desconstrução da importância da memória do contexto ditatorial, a história como realmente foi, de tortura, de assassinatos, desaparecimentos, violação de direitos pelo próprio Estado.

Ao mesmo tempo em que possuímos dois grandes marcos importantes, universalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e nacionalmente, a

Constituição de 1988 que assegura do direito à verdade, é notório que seguimos num movimento paralelo de avanços e retrocessos, ou seja,

Contraditoriamente, há um espantoso e persistente discurso de parte significativa da mídia que erige num antagonismo aos direitos humanos um dos seus pilares de sustentação. Cada vez mais, a exemplo do que ocorria nos idos da ditadura, despem-se as máscaras e clamam-se por ações duras, repressivas, defendendo-as ou justificando-as, bem como os assassinatos e torturas contra despossuídos, marginalizados e miseráveis do país. (BARBOSA, 2007, p. 165)

Assim, compreendemos que à medida que o cidadão não tem consciência real desse momento histórico em sua veracidade ou quando se acredita que nos possibilitou desenvolvimentos, a memória coletiva das manifestações em prol da democracia no país está se legitimando de maneira fragilizada intencionalmente por parcelas conservadoras interessadas em um, talvez, uma retomada dos mesmos princípios em outras roupagens. Ainda há muito que ser revelado, registros ainda continuam selados, certamente esse período ainda congrega “péssimas surpresas”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após muitos exílios, perseguições, torturas, desaparecimentos, mortes, etc., surgem depois do fim da ditadura militar, 1985, a nível nacional a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei n.º 12.528 em junho de 2012, e a nível estadual, a Comissão Estadual da Verdade, visando à investigação e desvendamento dos casos das vítimas pelos militares e que chegou, por algum motivo desconhecido, a morte, desaparecimento e todos esses acontecimentos citados aqui acima, com o objetivo de preservar a memória das vítimas e fazer justiça por elas.

Essa valorização da memória, aqui ressaltada, não significa ausência de crítica, ou a criação de um caminho automático de inversão, na substituição dos heróis da classe dominante pelos da classe dominada, usando as informações da memória para inverter/subverter as dos documentos, mas da construção de uma história com olhares e perspectivas multifacetadas. (FERREIRA, 2007, p. 139)

O Estado brasileiro ditatorial caracterizou-se por ser antinacional, pelo aumento e intensificação da submissão dos cidadãos aos Atos Institucionais

decretados pelo governo; e por ser antidemocrático, em detrimento de todas as classes sociais, colocando obstáculos para a organização e mobilização dos movimentos sociais e censura ao direito de livre expressão, tanto para a mídia quanto para a sociedade.

Acerca dos direitos humanos, compreendidos dentro do movimento de 1964 a 1985, que contribuiu para a violação desses direitos, não só eles, mas também os direitos sociais, políticos etc., foram à promulgação dos Atos Institucionais editados pelos militares, permitia a desconstrução desses direitos, através da cassação de políticos no poder, torturas e prisões e outras.

Apesar de o regime militar ter sido um dos fatos históricos mais marcantes que o país atravessou, mesmo assim uma grande parte dos jovens não conhecem esse período tão fundamental da história do país, e que jamais pode ser esquecido, escondido, devido as grandes marcas que gerou no âmbito social, cultural, histórico, político etc.

.Com todo o exposto, fica visível a violação dos direitos humanos e políticos por meio dos fatores já identificados no decorrer dessa reflexão, existiu o impedimento da realização de alguns direitos, como o direito de ir e vir, de livre expressão, de lutar pelos direitos; não só a classe trabalhadora viu-se prejudicada por isso, mas também os políticos eleitos, em que uma grande parte deles foram vítimas do sistema militar.

Tudo isso, nos comprova o quanto resgatar os fatos por meio de registro ou não, formando a memória real do período é importante, pois tal momento nos deixou marcas, que foram amenizadas por lutas começadas pelos estudantes, que ainda estão vigorando, mas tudo que ocorreu durante a Ditadura servirá de instiga para continuarmos a almejar uma democracia verdadeira num país como o Brasil, em que a política social é ainda muito frágil e precária por não ter a atenção necessária dos nossos governantes, e onde toda a vulnerabilidade “sobra” para os mais fracos. Mas certamente essa luta será difícil, mas não perpetuará.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. **Memória, verdade e educação em Direitos Humanos**. In: Educação em Direitos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Pg. 157-167.

Ditadura militar (1964-1985): **Breve história do regime militar**. Disponível em:

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm>. Acesso em: 31/03/2014

**Ditadura Militar No Brasil** – Resumo. Disponível em:

<http://www.historiadobrasil.net/ditadura/>. Acesso em: 31/03/2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Memória e educação em direitos humanos**. In: Educação em Direitos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Pg. 135-151.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo. Cortez, p. 164-201,1991.

SADER, Emir. **Contexto Histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade**. In: Educação em Direitos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Pg. 75-83.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 31-38, 2006.

SOUSA, Maria de Fátima Marreiro. **“Os Anos de chumbo na Paraíba”**. Artigo da Revista Conceitos. 19. ed. João Pessoa. Volume-2, 12p, 2013.

SOUSA, Maria de Fátima Marreiro. **Direitos Humanos e educação política: o trabalho do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB**. Artigo da Revista conceitos. 17.ed. João Pessoa, 9p, 2012

## INFORMAÇÕES DAS AUTORAS:

Ana Carla dos Santos

Endereço: Rua Josemar Leite de Araújo, nº 760. Bairro: Jardim Planalto. CEP: 58088-160. Cidade: João Pessoa/PB. País: Brasil. Telefone: (083) 86168133. E-mail: [karlla\\_santos2011@hotmail.com](mailto:karlla_santos2011@hotmail.com)

Thaíres Lima da Silva

Endereço: Rua Severina Alves Batista do Carmo, nº16. Bairro: Valentina Figueiredo.  
CEP: 58064-689. Cidade: João Pessoa/PB. País: Brasil. telefone: (83) 87752790. E-mail: [thaires\\_lima@hotmail.com](mailto:thaires_lima@hotmail.com)